LEI MUNICIPAL Nº 1064/2008, DE 20 DE MAIO DE 2008

“REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 905/2005, INTRODUZINDO MODIFICAÇÕES NA LEI MUNICIPAL QUE INSTITUIU O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO NO MUNICÍPIO.”

O PREFEITO DE FAXINALZINHO, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogada na íntegra a Lei Municipal nº 905/2005, de 24 de outubro de 2005.

Art. 2º - O Art. 3º da Lei Municipal nº 623/2001, de 19 de março de 2001, que Instituiu no Município o Sistema de Controle Interno, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º - O Sistema de Controle Interno será formado por três integrantes, escolhidos pelo Prefeito Municipal e designados por Portaria.

***Parágrafo Primeiro** – Não poderão ser escolhidos para integrar o Sistema de Controle Interno servidores que tenham sido declarados, administrativa ou judicialmente, em qualquer esfera, de forma definitiva, responsáveis pela prática de atos considerados irregulares e/ou lesivos ao patrimônio públicos;*

***Parágrafo Segundo** - Fica instituído no âmbito do Poder Executivo Municipal de Faxinalzinho – RS., a Função Gratificada Especial, que será devida ao Servidor Público Municipal efetivo que integrar a Central do Sistema de Controle Interno, criada pela Lei Municipal nº 623/2001, de 19 de março de 2001 e suas alterações posteriores.*

***Parágrafo Terceiro** - O valor da Função Gratificada Especial (FGE-01), será de R\$ 200,00 (Duzentos reais), paga mensalmente, ao Servidor Público Municipal integrante da Central de Sistema de Controle Interno, e de R\$ 400,00 (Quatrocentos Reais), o valor de Função Gratificada Especial (FGE-02), que será paga ao servidor municipal que exercer as funções de Chefia do Setor de Controle Interno, paga também mensalmente. Para ambos os casos os valores serão pagos adicionalmente aos*

seus vencimentos, sendo os valores reajustados na mesma época e mesmos índices de aumento ou revisão salarial concedidos aos servidores municipais.

Parágrafo Quarto - *É vedada à percepção cumulativa de Função Gratificada Especial (FGE-01 e FGE-02), com a remuneração devida pelo exercício de outra Função Gratificada, mas na eventualidade do servidor que vier a ser designado para exercer as funções junto a Central do Sistema de Controle Interno, já tiver incorporada aos seus vencimentos qualquer função gratificada, perceberá apenas a diferença entre a função gratificada incorporada e a especial.*

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da rubrica constante no Orçamento.

Art.4º - Os demais artigos e disposições constantes da Lei Municipal nº 623/2001, que instituiu o Sistema de Controle Interno no Município de FAXINALZINHO, não alteradas pela presente Lei, permanecem em vigor, sendo que o Decreto Municipal que aprovou o Regimento Interno do Sistema de Controle Interno, no município, na forma prevista no artigo 9º da Lei Municipal instituidora do Sistema deverá se adaptar aos termos da presente alteração, no que couber, editando-se novo Decreto, se for o caso.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor a contar da data de publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Faxinalzinho, aos vinte dias do mês de maio de 2008.

Irineu Bertani
Prefeito